



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 5ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 18 de fevereiro de 2015, com início às quatorze horas e quarenta minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Celso Dal Molin, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Ganso Sem Limite, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Frare, Marcos Rios, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental o senhor Presidente deu por aberta a sessão e solicitou ao senhor Secretário que efetuasse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Projeto de lei nº 9/2015. Projeto de lei nº 10/2015. Projeto de lei nº 11/2015. Ofício nº 02/2015/GUJM do vereador Jorge Menegatti demonstrando interesse em participar da Frente Parlamentar de Fiscalização Permanente do SUS. Ofício / CVOPU nº 02/2015 da Comissão de Viação, Obras Públicas e Urbanismo divulgando as datas das reuniões ordinárias. Ofício nº 1/2015/CTAI da Comissão de Turismo e Assuntos Internacionais, informando a composição da Comissão. Ofício nº 09/2015/GPM da Comissão de Saúde e Assistência Social, comunicando os componentes desta Comissão. Ofício nº 022/2015/CMC do vereador Ganso Sem Limite, informando sua disposição para participar da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde. Ofício nº 16/2015 do vereador Romulo Quintino, indicando o vereador Nei H. Haveroth para líder da bancada na Câmara. Memorando nº 02/2015/JLV/CMC do vereador Jaime Vasatta demonstrando interesse em participar da Frente Parlamentar de Fiscalização Permanente. Ofício nº 01/2015 do vereador Rui Capelão, solicitando desligamento do quadro de conselheiro suplente do CACS/ FUNDEB. Parecer favorável nº 8 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 3/2015. Parecer favorável nº 9 da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de lei nº 2/2015. Parecer favorável nº 10 da Comissão de Trabalho e Legislação Social ao Projeto de lei nº 158/2014. Parecer favorável nº 11 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 3/2015. Parecer favorável nº 12 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de lei nº 2/2015. Ofício nº 83/2015 do Conselho Tutelar, informando sobre paralisação. Ofício informando indicação do vereador Jorge Menegatti, para a liderança do PSC na Câmara para o período de 13/02/2015 a 31/12/2015. Inscritos pra falar no grande expediente os vereadores: Luiz Frare, Professor Paulino, Pedro Martendal e João Paulo de Lima. – Presidente: Finalizada assim a leitura da matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA** – Presidente: Eu deixo a palavra livre aos senhores vereadores para inclusão ou destaque para a ordem do dia. (Não houve nenhuma solicitação). **ORDEM DO DIA** – Presidente: Em primeira discussão e votação; o projeto de lei nº 36/2014 que transforma em patrimônio sociocultural do município de Cascavel a Feira Livre do Pequeno Produtor que se realiza semanalmente na cidade, de autoria do vereador Rui Capelão; em discussão. (-Peço a palavra) Com a palavra o autor, vereador Rui Capelão. – Vereador Rui Capelão: Nesta



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

distinta assistência me dirijo aos senhores bombeiros presentes. Quero dizer que o começo de minha vida foi dentro dos bombeiros, onde fiquei por 15 anos, onde aprendi a ser um cidadão e a me dedicar à vida pra que eu tivesse novas oportunidades. Posteriormente, saí dos bombeiros exatamente pelas oportunidades obtidas e hoje me orgulho de ter participado dessa corporação; portanto sejam bem vindos nesta Casa. Quanto à matéria queria dizer que, esse projeto procura tornar nossa feira municipal em patrimônio sociocultural do município de Cascavel e essa feira já tem bastante tempo na nossa cidade. Existe desde a Idade Média, essas feiras públicas, e servem muito bem pra frequência da população local e subsistência das famílias com geração de emprego, por exemplo. Sabemos que essas feiras também, trazem à população que procura sempre alguma alimentação que seja um pouco isenta de agrotóxicos, forneça alimentação de melhor qualidade pra nossa população; portanto, fato importante dessa feira é que ela sendo um patrimônio sociocultural, precisamos considerar algumas coisas importantes como: garantir a permanência e aprimoramento da feira como patrimônio dos cascavelenses; preservando o patrimônio do povo da cidade e região, salvaguardando a proteção pelo poder público, melhora e desenvolvimento da feira do produtor, garantindo a solidez da feira como patrimônio do povo, facilitando a fiscalização dos produtos comercializados. Um dia conversando com uma pessoa da cidade, um ex-deputado, falei que a feira seria interessante dividir uma parte na região norte e a outra na região sul, pra facilitar a aproximação das pessoas. E ele disse que isso não é conveniente, porque quanto maior for à feira melhor, portanto ela deve ter um único lugar. Portanto, sempre vamos ter uma feira com bastantes opções de negócios, pra que as pessoas que visitam se sintam bem e saiam dali, servidas. Sabemos que é um local de visita pública a feira do produtor e estamos procurando trazer à feira esse título, tornando-a como patrimônio sociocultural. É importante dizer o que é o patrimônio sociocultural; que é o conjunto de todo os bens materiais e imateriais que pelo seu valor próprio devem ser considerados de interesse relevante pra permanência da cultura social de um povo, salvaguardando e protegendo assim no caso em tela, a feira pra futuras gerações e possibilitando experiências emocionais pra todos que dela usufruem ou visitam. Portanto, algumas pessoas fizeram algumas considerações: e se por acaso um dia o prefeito decidir mudar de local a feira, se havia essa possibilidade. Não estamos exigindo que ela seja em determinado local, que ela fique aberta, ela tem que existir pela lei, mas sendo uma necessidade premente das autoridades em mudar de local isso poderá ser feito. Hoje, quando nos referimos à feira da Avenida Brasil e do lado da Prefeitura Municipal é porque é o local que ela se encontra hoje, mas se houver necessidade de mudança de local a lei não está proibindo. No entanto, já combinei com o líder do governo nesta Casa, o vereador Cláudio Gaitero, pra fazermos uma emenda que esclareça melhor a intenção da lei. Portanto essa emenda será apresentada amanhã, em segunda votação. Era isso. Obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Jaime Vasatta. – Vereador Jaime Vasatta: Quero dizer que esse realmente é um projeto de lei importante até pela história da feira. Hoje é ponto de encontro da família, inclusive a



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

noite, mas realmente vereador, está um item que ela não dá flexibilidade pra o futuro até porque estão vindo as obras do BID e realmente ela pode atrapalhar um pouco. A feira do pequeno produtor tem que deixar um espaço aberto na lei, pra que futuramente possa ser colocada em outros locais, mas é importante o projeto e tem meu apoio. E por isso peço também, o adiamento pra que possamos adequar o projeto, neste sentido. Obrigado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão: Esse adiamento que Vossa Excelência está pedindo é em razão da localização da feira? – Vereador Jaime Vasatta: Isto. – Vereador Rui Capelão: A questão que tratamos com o vereador Cláudio Gaitero pra que fosse feita a emenda; o senhor pode ser o proponente da emenda e nos apresentar a emenda amanhã, em segunda votação. – Vereador Jaime Vasatta: Pode ser o adiamento por 2 sessões? – Vereador Rui Capelão: Se acharem que deve ser mais pra frente, como tem tempo pra fazer a emenda não vejo necessidade, mas deixe que o Plenário decida. – Vereador Jaime Vasatta: Vamos estabelecer então, pra próxima sessão. Acho que já é suficiente. – Vereador Rui Capelão: Pra próxima segunda-feira. – Presidente: Em discussão, o pedido de adiamento de uma sessão formulado pelo vereador Jaime Vasatta ao projeto de lei nº 36/2014; em discussão. Em votação, os vereadores que forem favoráveis ao adiamento por uma sessão ao projeto de lei 36/2014... – Vereador Jorge Menegatti: Questão de ordem. Não teria que ser pedido de vistas ou somente o autor poderia pedir o adiamento do projeto? – Presidente: Solicitado por qualquer vereador. – Vereador Jorge Menegatti: Acredito que não. Vou verificar depois. – Presidente: Obrigado vereador. Em votação; o adiamento por uma sessão do projeto de lei 36, os vereadores favoráveis permaneçam como estão. Pedido de adiamento aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Em primeira discussão e votação; o projeto de lei nº 96/2014 que institui a semana de prevenção de queimaduras no município de Cascavel a ser realizada na primeira semana de junho, e dá outras providências, de autoria do vereador Fernando Winter. O projeto recebeu parecer contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, parecer este que passamos a deliberar no momento. Em discussão o parecer contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Importante dizer que, muitas vezes o parlamentar fica um ano, como disse o nobre vereador Romulo Quintino, estudando, planejando um projeto, pra que a sociedade seja beneficiada e esbarra nos pareceres. Entendo que a Comissão de Finanças e Economia dá um parecer técnico e gostaria de salientar que a CCJ deu parecer favorável e também, a Comissão de Saúde ano passado também, deu parecer favorável. Com o parecer contrário da Comissão de Economia e Finanças, dizendo então aos nobres pares que, focado neste projeto e com esse problema do parecer contrário, fiz uma emenda que corrige os valores que esse projeto vai ter lá na frente. Então a emenda nº 41, já é lei, está aqui a Lei Municipal nº 6.419, o texto diz: *Fundo municipal de saúde, assistência hospitalar e ambulatorial, atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar. Executar, elaborar e coordenar as atividades com o objetivo de dar suporte ao desenvolvimento de ações de saúde pertinentes e*



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

*ações especializadas, incluindo atividade de prevenção a queimaduras.* Então, nobres colegas, com todo respeito ao Cláudio Gaitero, que era presidente da Comissão, o parecer de Vossa Excelência cai por terra, devido à emenda que foi protocolada dois meses depois do parecer feito pela Comissão. Então, quero pedir aos colegas que derrubemos o parecer, pra que o projeto seja discutido daqui alguns minutos. Era isso. (-Um aparte) Pois não Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Só pra acrescentar que o advogado da Câmara, Anderson, deu parecer pela Procuradoria Jurídica com a chancela do então procurador, Pascoal e o parecer também, foi contrário. A Comissão CCJ deu parecer favorável, porém a Procuradoria Jurídica através do advogado Anderson e do procurador, o parecer também foi contrário. Só pra deixar esclarecido que não foi só a Economia e Finanças que observou alguns percalços aí. – Vereador Fernando Winter: Obrigado pela contribuição; mas dizendo com propriedade já até conversado com o vereador Cláudio Gaitero que, a emenda corrige toda despesa que o projeto vai ter lá na frente. Então, peço voto contrário ao parecer. – Presidente: Em votação o parecer contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao projeto nº 96/2014. Senhor primeiro secretário, proceda votação nominal por favor. (Foram favoráveis os vereadores: Cláudio Gaitero, Luiz Frare e Walmir Severgnini) (Foram contrários os vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Fernando Winter, Ganso Sem Limite, João Paulo de Lima, Jaime Vasatta, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Marcos Rios, Nei H. Haveroth, Rui Capelão, Romulo Quintino, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Vanderlei Augusto da Silva, Paulo Porto e Pedro Martendal) – Secretário: Com 17 votos contrários e 3 favoráveis, parecer prejudicado. – Presidente: Com 17 votos contrários e 3 favoráveis, parecer da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento prejudicado. Passamos então à discussão do Projeto de lei nº 96/2014; em discussão. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Pedir aos meninos da técnica que possam liberar um pequeno vídeo, que as imagens são importantes pra que a gente possa assistir. (Apresentação do vídeo). Parece até que foi combinado com os bombeiros, mas nada combinado. Os bombeiros podem falar com muito mais propriedade das queimaduras. Tem mais algumas informações que a gente tem aqui, dadas pela imprensa que mais de um milhão de acidentes são causados no Brasil, por queimaduras e só perde pra acidentes de trânsito e homicídios. A Organização Mundial de Saúde nos relata que são 320 mil crianças que morrem anualmente no Brasil, vítimas de queimaduras. É um projeto simples, mas de uma importância fundamental pra Cascavel, conforme vimos na reportagem. Muitos acidentes são causados por queimaduras e na maioria são acidentes domésticos que acontecem dentro de casa, na churrasqueira, fogão; pequenos acidentes que poderiam ser evitados com esse projeto, onde vão ser distribuídos nos bairros, panfletos, cartazes, vídeos pra que a população possa ser orientada pra prevenção. Nós vimos o caso daquele menino, corpo totalmente queimado. Se a gente levar isso na parte financeira, quanto o Estado não gasta com esses acidentes? Esse projeto foi estudado por minha assessoria por um ano, foi protocolado em agosto e agora entra pra discussão; devido à importância desse projeto



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

peço que os colegas votem favoráveis. (-Peça palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Senhor presidente, nobres vereadores, assistência, componentes do Corpo de Bombeiros, cumprimentar todos. É uma honra tê-los aqui, com a finalidade numa discussão futura, na moção, mas culminou também, com o projeto do vereador Fernando Winter. Tenho certeza que o Corpo de Bombeiros não se furtará dentro das alegações naquilo que lhe couber, dentro da parceria com o município em estar auxiliando essa atividade, porque é uma área afim. Quero parabenizar Vossa Excelência por ter essa iniciativa de trazer à discussão pra sociedade desse tema tão relevante e também, dizer que entendo que nós como temos a semana do trânsito e, outras semanas que são colocadas em foco pra serem discutidas. O capitão Amarildo está aqui à frente, e também preside o Cotrans e diversas vezes vem ocorrendo a semana do trânsito, então por que não estabelecer dentro de uma previdência orçamentária, de um planejamento com menor custo possível, mas com resultado grande: a prevenção. É nosso papel aqui, como vereador, levar essas boas ações pra comunidade. Parabéns pela iniciativa! – Presidente: Em votação o projeto 96/2014, que institui a semana de prevenção de queimaduras no município de Cascavel a ser realizada na primeira semana de junho e dá outras providências, de autoria do vereador Fernando Winter. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores, aprovada em primeira votação o projeto nº 96/2014. Passamos à discussão e votação do Projeto de lei nº 109/2014, que altera denominação do rio Sanga Funda, no local que especifica, e dá outras providências, de autoria do vereador Nei H. Haveroth; em discussão. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Esse projeto visa essencialmente atender a um pedido da comunidade da região, que percorre esse rio. Temos um abaixo-assinado de mais de 60 assinaturas e um ofício da ONG Amigos dos Rios, assinado pelo então presidente, João Becker, e que visa à mudança do nome; tendo em vista que já existe na região norte um loteamento chamado Sanga Funda e um rio que percorre ao lado chamado: Sanga Funda e temos no Parque Verde também, o Sanga Funda. Os moradores no entendimento em discussão; entenderam que mudando esse nome pra eles ficaria mais fácil a identificação e a preferência por um nome que identifique o principal bairro dessa região: Parque Verde; então a solicitação que mudasse o nome do rio pra Sanga Verde. Não é uma iniciativa desse vereador, mas acho que é pertinente a solicitação dos moradores e aquilo que é atribuição nossa, de estar encaminhando pra ser apreciado nesta Plenária. Gostaria da compreensão dos senhores vereadores e, se o pensamento dos nobres pares for de aprovar esse projeto, estaremos atendendo uma reivindicação da população. Obrigado! – Presidente: Em votação o projeto de lei nº 109/2014, que altera denominação do rio Sanga Funda, no local que especifica, e dá outras providências. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores, aprovado o projeto nº 109/2014 que altera denominação do rio Sanga Funda, de autoria do vereador Nei H. Haveroth. Em



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

primeira discussão e votação o projeto de lei nº 3/2015 que altera as leis municipais nº 6.275 de 08 de outubro de 2013 - Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017, 6.419 de 24 de novembro de 2014 - Diretrizes Orçamentárias para 2015 e 6.429 de 16 de dezembro de 2014 - Lei Orçamentária Anual para 2015 - agricultura no valor de R\$ 48.218,59 de autoria do Executivo Municipal; em discussão o projeto. (- Peço a palavra) Com a palavra vereador Cláudio Gaiteiro. – Vereador Cláudio Gaiteiro: Dizer que isso é uma verba do deputado Assis do Couto e que abertura dessas rubricas é necessária pra cumprir simplesmente a burocracia que impera. No orçamento do município são R\$ 48.000,00 que serão aplicados na bacia leiteira que fica dentro da Fundetec, onde nosso colega João Cunha fará a aplicação dessa verba, e com isso fará um melhor atendimento pra toda aquela população que produz leite na região e gostaria de pedir voto favorável. Parabenizar a Fundetec, que irá fazer uma boa aplicação dessa verba. Seria isso. Peço voto favorável. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: O Assis de Couto é um deputado federal do PT, do sudoeste do Paraná e que está trazendo essa verba. O Luiz Frare, sempre fala que não trazemos dinheiro pra Cascavel, ali na agricultura familiar pra construir e equipar uma usina de beneficiamento de leite. Esses dias, indo pra Guaraniaçu e no meio do caminho estavam me xingando como é de costume, o filho do dono da fazenda. A gente desceu lá e viu uma obra, tinha uma carregadeira e uma patrôla e atrás estava a Pac 2 e se xinga, mas o governo federal está aqui também, a patrôla é do Pac 2, patrôla bem nova; então essa bacia leiteira vai ajudar muita família de pequenos agricultores pra aumentar sua renda, seu salário e ficar no campo; além das creches que o governo federal manda, está aí um dinheiro do nosso Partido que veio pra fazer jus e, num local bem colocado, pra trazer renda e fixar o homem do campo; então a gente pede voto favorável junto ao nosso líder do governo, apesar de ser da oposição, mas que é líder do governo, porque afinal de contas Edgar Bueno é prefeito de todo mundo. – Presidente: Em primeira votação o projeto de lei 3/2015, que altera as leis municipais abrindo crédito de R\$ 48.218,59 na Secretaria de Agricultura; em votação. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Pela totalidade dos senhores vereadores, aprovado em primeira votação o projeto nº 3/2015 de autoria do Executivo Municipal. Em única votação e discussão a moção nº 3/2015, que manifesta apoio ao restabelecimento dos recursos destinados ao Corpo de Bombeiros e Defesa Civil, através da taxa de sinistro no município de Cascavel, na forma que especifica e de autoria dos vereadores: Nei H. Haveroth, Robertinho Magalhães, Aldonir Cabral, Vanderlei Augusto da Silva, Jaime Vasatta, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Rui Capelão, Cláudio Gaiteiro, Celso Dal Molin, Luiz Frare, Romulo Quintino, João Paulo de Lima, Pedro Martendal e Marcos Rios; em discussão a moção. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: É importante dizer que os pares que não assinaram, pois não tivemos a oportunidade de conversar com todos; ainda há tempo. Seria muito importante e, gostaria que todos os vereadores colocassem a assinatura nessa moção, porque com certeza daria mais peso a uma



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

moção que trata de um encaminhamento, solicitação, posicionamento, acredito que da grande maioria da sociedade de Cascavel. (-Um aparte) Concedo. – Vereador Paulo Porto: Tem minha assinatura, porque é uma bela moção; temos que restituir esse imposto. – Vereador Nei H. Haveroth: Obrigado vereador! A sociedade como um todo aprova e entende que, essa taxa retorna 100%, em benefício de toda população. Quero cumprimentar todos os bombeiros que estão aqui, tive a honra de trabalhar com cada um deles, por longos anos. Uma longa jornada e podemos ver como era o bombeiro em 87, quando ingressei e como é hoje: é uma referência, um dos melhores do Corpo de Bombeiros do Brasil, em termos de estrutura e isso é motivo de orgulho. Mas graças à parceria que o Governo do Estado, embora tendo como obrigação sua a finalidade constitucional de garantir a segurança de todos os paranaenses; ele firma parceria através de convênio, junto com os municípios que é uma medida administrativa pra chegar a seu objetivo final: que é dar segurança ao cidadão. O município de Cascavel é privilegiado em relação aos municípios que não contemplam Corpo de Bombeiros e com a estrutura que o Corpo de Bombeiros de Cascavel tem, aqui. Em caso de acidente no perímetro urbano, o tempo pra o atendimento pra os munícipes de Cascavel é bem diferente, daquele que não tem Corpo de Bombeiros próximo a ele. Um minuto no atendimento à vida é importante e tenho certeza que todos os bombeiros que estão aqui, não estão porque querem garantir essa taxa e sim, porque estão preocupados com a qualidade do serviço que no decorrer do tempo futuro, pode estar deixando a desejar. Também quero parabenizar, a Procuradoria do Município que quando veio esse problema afetando o Corpo de Bombeiros tomou todas as providências, junto aos recursos com o apoio da parte jurídica do Corpo de Bombeiros, do comando do 4º Grupamento de Bombeiros que veio impetrar os recursos necessários pra que essa taxa seja reestabelecida. Importante dizer que, não somos a favor de aumento de impostos, mas é uma taxa por um serviço diferenciado que o município tem e, isso vinha desde a década de 70, já instalada. Também importante frisar que, em 2010 quando a arrecadação dessa taxa estava sobrando no caixa, porque o bombeiro valoriza cada centavo que arrecada, porque trabalhei 18 anos no setor que gerenciava a aplicação desse recurso e via cada centavo bem aplicado, quando saímos pra falar com a população eles dizem: “Faço questão de pagar essa taxa, porque sei que essa é bem aplicada.” Muitas pessoas nem sabiam que contribuía com essa taxa, porque é pequena. Importante que em 2010, havendo uma estrutura já necessária do Corpo de Bombeiros tanto estrutura física, dos quartéis, viaturas, equipamentos começou a ter um superávit e o Comando do Bombeiro na época, juntamente com o município... É importante falar que, foi restabelecido o valor da alíquota menor pra que diminuísse o superávit no caixa. O bombeiro não tem interesse de fazer caixa ou deixar esse dinheiro aplicado sem necessidade. Foi reduzida a alíquota, além de passar 30% que era 10% pra Defesa Civil, foi passado então 30% pra o município estruturar a Defesa Civil que é também, uma obrigação do município estabelecer a Defesa Civil até por determinação do Ministério das Cidades; onde temos que ter uma defesa estruturada e organizada em Cascavel. Ano passado,



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

foi inaugurada a sede da administração da Defesa Civil em Cascavel. Também, o Siate, que é um órgão importantíssimo, é importante a gente refletir como víamos o socorro na década de 70, 80, 90 e quais as condições que tínhamos de fazer socorro às vítimas, quando as colocavam dentro de uma Toyota e levavam pra os hospitais, sem preocupação de fazer um atendimento e foi se percebendo que as vidas se perdiam no meio do caminho, quantas pessoas morreram. Tirávamos das ferragens, mas no caminho do hospital elas morriam; então o governo percebeu que não bastava somente ter o bombeiro, mas uma estrutura que garantisse a vida das pessoas atendidas e então, o Siate se instalou em Cascavel. E graças a isso, foi criada a estrutura do Siate em Cascavel e hoje; das 5 ambulâncias que estão à disposição do Corpo de Bombeiros de Cascavel, 3 são adquiridas com recursos desse fundo e 2 são mantidas pelo Estado. Se essa taxa não existisse, quando precisar de uma ambulância poderia se dizer que ela estava na manutenção. Não tínhamos o recurso à disposição, no tempo necessário, pra que quando a pessoa que necessita do atendimento do Corpo de Bombeiros, ela vai ligar lá e: olha, a ambulância está na oficina, não tem como mandarmos hoje. Então é importante ter 4, 5 ambulâncias, porque se uma estraga a outra fica à disposição. Assim como o Corpo de Bombeiros vem administrando o quartel, e deixar também, preventivamente caminhões e ambulâncias de reserva pra atendimento à população. E quem perde com o fim desse recurso não é o bombeiro, porque quem paga a folha de pagamento é o Estado. A qualidade do equipamento, material, o Estado dá parcialmente, mas é muito importante esse recurso que o município faz, porque o equipamento quando não tem manutenção correta pode ocasionar um acidente. Pedir aos nobres pares a aprovação dessa moção. Tenho certeza que estaremos fazendo um bem pra sociedade. (-Peço a palavra) – Presidente: Antes de passar a palavra ao vereador João Paulo de Lima; acredito que essa Casa, como representante do município de Cascavel ao aprovar essa moção dá sua contribuição: afirmando a todos a importância do Corpo de Bombeiros e o quanto funcionava bem Cascavel e o quanto é necessário o retorno dessa taxa. Infelizmente, temos tantas dificuldades no Brasil e uma das poucas coisas que podemos dizer que funciona bem: é o atendimento do Corpo de Bombeiros, mas não saberemos por quanto tempo continuará mantendo esse nível de atendimento. Faremos todo esforço possível, pra que seja restabelecida o quanto antes essa situação. Com a palavra vereador João Paulo de Lima. – Vereador João Paulo de Lima: Vereador Luiz Frare, se quiser utilizar. – Vereador Luiz Frare: Apenas complementando o que o vereador Nei H. Haveroth acabou de apresentar, só pra que a comunidade tenha conhecimento e os vereadores também; temos em Cascavel em torno de 120000 cadastros imobiliários e a arrecadação do último ano que a taxa estava em vigor, ficou em torno de um milhão e oitocentos mil, sendo que um percentual desse pra Defesa Civil e em torno de um milhão e duzentos pra prevenir incêndio. Dizer que, a média per capita, média por imóvel, em torno de vinte reais por imóvel e isso não dá nem dois reais por mês, pra manter o que o Corpo de Bombeiros com a estrutura que tem aqui; fora prestação de serviço que a população presta pra comunidade. Apenas pra ratificar, não dá dois reais





# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

por mês por imóvel, essa taxa que era cobrada até então e o Jurídico está procurando meios pra reativar e esperamos que a gente consiga reverter essa situação e que tanto a Defesa Civil como os Bombeiros possam contar com esses recursos tão necessários. Obrigado. – Vereador João Paulo de Lima: Dizer que também, gostaria de contribuir: toda e qualquer tipo de taxa preocupa, a população não gosta que tenha taxa disso ou daquilo, mas acho que essa taxa é viável, porque vejo a situação que anda a saúde de Cascavel. Se acontecer que os bombeiros não funcione do jeito que fazem, veja se há reclamação do Corpo de Bombeiros: é questão de 5, 10 minutos e estão no local salvando a vida, levando pra Upa, pra o hospital. Neste sentido temos que ver esses guerreiros que trabalham, mas necessitam de equipe técnica e da parte toda de estrutura pra que funcione e somos favoráveis. Quero cumprimentar todos os oficiais, todos os bombeiros, porque é um trabalho que necessita na cidade de Cascavel. É viável, louvável, temos que nos manifestar a favor de coisas boas. Muitas vezes, taxas realmente incomodam a população, mas essa é uma taxa bem paga. Quem muitas vezes não utilizou o serviço do Corpo de Bombeiros? Mas duvido: quem não utilizou o telefone e ligou pedindo socorro. Obrigado. – Vereador Rui Capelão: Quero simplesmente fazer um pequeno retrospecto. Lembro em 1967, o Corpo de Bombeiros era convidado pra colocar uma unidade no interior do Paraná. A grande dificuldade era o Governo do Estado que não tinha recursos pra colocar essas unidades nos diversos municípios e como acontecia isso? Eram os oficiais dos bombeiros se dirigindo àquela cidade, quem pedia representação do Corpo de Bombeiros, entrando em contato com toda comunidade, principalmente comércio e indústria e acertando uma taxa pra que o Corpo de Bombeiros pudesse se instalar naquela área. Então, essa taxa era cobrada e vinha revertida pra o Corpo de Bombeiros pra manutenção da estrutura que o Corpo de Bombeiros tinha, naquele local. Lembro que aqui, pra Cascavel foi o tenente Edi, que foi meu superior; foi o primeiro comandante de Cascavel e esteve aqui acertando pra que o Corpo de Bombeiros se instalasse aqui, naquela época. Em 69, estive aqui e ainda não existia o Corpo de Bombeiros, estava em fase de estruturação. A gente sabe que quando foi criada essa taxa, foi por necessidade social, não foi uma taxa criada como a taxa de inspeção. A taxa de inspeção dos bombeiros foi uma taxa imposta e que está sendo cobrado hoje, e que acredito que não traz muito benefício; porque não fica no Corpo de Bombeiros local. Essa taxa é transferida diretamente pelo Governo do Estado, não produz o que é importante pra os bombeiros locais. Essa taxa de sinistro seria mais importante, porque nasceu de uma necessidade local e, portanto, seria uma taxa que ficaria eternamente atendendo nossa cidade. Lamentavelmente cortaram, não sei qual razão; certamente alguém falhou pra que facilitassem o corte dessa taxa. Vamos lutar pra que retorne, espero que os deputados que estão lá e o Corpo de Bombeiros se unam a esse nosso objetivo, pra que essa taxa não deixe de ser cobrada em Cascavel. Obrigado. – Vereador Cláudio Gaiteiro: Muito importante parabenizar o vereador Nei H. Haveroth, pela iniciativa. E dizer que é importante que essa moção chegue à Curitiba, porém também importante que nós comuniquemos com nossos deputados pra que também, interfiram em Curitiba e que façam um trabalho junto aos



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

órgãos competentes; pra que essa taxa retorne o mais urgente possível e pra que seja implantada no carnê do IPTU, ainda este ano. Nós temos em Curitiba nosso ex-deputado, Eduardo Sciarra, que hoje é chefe da Casa Civil, pessoa de fácil acesso e, nós poderemos fazer um contato com este ex-deputado que nos dê apoio a essa moção. Nosso papel estamos fazendo aqui, chegando a capital, seguramente também os deputados ligados a esses vereadores e aos outros também, farão um trabalho pra que essa taxa seja implantada o mais rápido possível, de preferência ainda este ano. Parabenizar o vereador Nei H. Haveroth e todos que assinaram, pra fazer com que essa taxa de sinistro retorne aos carnês de IPTU, ainda este ano. Obrigado! – Vereador Jorge Bocasanta: O povo do Paraná está cansado de pagar imposto. Não entendo como vocês foram ao prefeito falar não sei o quê e por que não fazer uma lei pra colocar 1% do IPTU, pra os bombeiros? A prefeitura nossa, arrecada muito dinheiro; não conseguimos mais pagar imposto, estava vendo aqui: é água, luz, tudo tem imposto em cima. É duro falar na frente deles, mas os deputados não tiveram que sair de camburão, porque tiveram que colocar as finanças em dia porque se gastou muito? Aqui nesta Câmara, fui o único que não quis aumentar o número de funcionários aqui, dentro. A árvore está secando. Quem tem empresa não consegue mais pagar a empresa. O dinheiro tem pra vocês, bastante e, estão jogando tipo fantoche, mais uma taxa em cima do povo que trabalha; e essa moção não assinei; não porque não respeito o trabalho de vocês, só que quem tem dinheiro neste país são os órgãos públicos. Nós não estamos mais conseguindo pagar, falo porque sou marajá da prefeitura de Cascavel, e do outro lado, onde sou patrão... preocupa nos dias de feriado pra pagar os nossos funcionários, no final do mês. Até aumentou 20% do IPTU, porque o prefeito que está tão interessado nesta taxa não fez 1% vai pra os bombeiros, que é um trabalho excelente. Só que sai de onde? Sempre digo: árvore não dá dinheiro, dinheiro vem dos impostos, a gente tem que economizar e saber onde aplicar. Tenho certeza que se o Edgar Bueno pegar 1% do IPTU e vir aqui, mandar uma lei de lá pra cá, sobra dinheiro pra eles. Pois não. – Vereador Luiz Frare: Gostaria de saber se aquela patrola que você viu lá é patrolão ou patrolinha. 1% do IPTU dá 220 mil reais. O bombeiro tinha um orçamento na época, quando havia a possibilidade da cobrança dessa taxa, em torno de um milhão e duzentos; cem mil por mês arredondando pra: manutenção, contratar estagiários, pra ter uma estrutura espalhada pela cidade, coisas que daqui a pouco eles vão ser obrigados a recolher; enquanto 1% do IPTU dá 220 mil. Se fosse 5%, 1 milhão e cem mas é 5%, não esquecendo que o IPTU é tão ridículo a sua taxa, alíquota que quando veio pra Câmara pra atualizar um pouco os valores nós conseguimos reduzir o valor, portanto é muito pequeno e não faz frente nem à despesa da própria Câmara de Cascavel. – Vereador Jorge Bocasanta: O que faltou da prefeitura, você sabe bem: que tem quadras aqui perto da rodoviária que está por 250 mil reais a quadra inteira; enquanto o cara da Minha Casa Minha Vida está pagando 80 mil reais, que financiou no banco o seu IPTU. Então tinha que ter vindo a correção venal dos imóveis, isso falei várias vezes e o senhor é testemunha. Minha casa onde moro é grande e está por 70, 80 mil; o mesmo do que uma na Sanga Funda que agora



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

vai virar Sanga Verde, pra se diferenciar dos pobres do Sanga Funda, então dinheiro tem. Se o prefeito de Cascavel fizer o preço justo dos imóveis, pode ter certeza que vai sobrar muito dinheiro pra bombeiros e muitas coisas. Era isso! Peço até perdão pra vocês, mas o povo não aguenta mais pagar imposto. Se vier qualquer coisa de lá pra cá, pra aumentar o rendimento de vocês pra um trabalho digno, estarei a favor dessa grande corporação. Muito obrigado! – Vereador Romulo Quintino: Cumprimentar todos os bombeiros que estão aqui nesta Casa. Pedindo o entendimento que naturalmente vocês compreendam que, essa Casa é uma Casa democrática, onde as mais diversas opiniões são manifestas, mas que fiquem com a impressão que essa Casa na sua imensa maioria está em apoio a essa moção, apoio total e sem distinção. Ainda hoje, comentava com minha esposa da importância do trabalho que vocês fazem, isso não se põe à mesa nem no diálogo; porque é comprovado no dia a dia. Essa Casa como expressão política da cidade, da sociedade de Cascavel, fomos eleitos por classes distintas e dentro da representatividade não só a Câmara de Vereador de Cascavel manifesta-se favorável ao apoio a essa moção, mas como toda comunidade de Cascavel. E então receba nosso cuidado, zelo, preocupação e não temos como mensurar o prejuízo que Cascavel poderá sofrer na ausência do serviço de vocês; então nosso abraço e cumprimento. - Vereador Jorge Menegatti: Dizer que assinei também. Dizer que a sociedade, que duas coisas importantes deveriam acontecer no Brasil, vereador Bocasanta: a reforma política e tributária. Você falou e falou bem, o povo não aguenta mais pagar imposto. Nós trabalhamos até o mês de maio, ou seja, 5 meses pra pagar imposto. Uma das coisas importantes que deveria acontecer no país é a reforma tributária; porém a esse imposto sou favorável, porque já foi inclusive na reportagem mostrado o trabalho eficaz do Corpo de Bombeiros, então sou favorável também de acordo com as informações do Frare, que trabalhou tempo nas Finanças do Município e deu informações com propriedade de que é uma taxa mínima e que vale a pena ser aplicada. Obrigado. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Na verdade, claro que a população não aguenta mais pagar taxas, tributos, mas elas são necessárias. Nós mandamos pra o Governo Federal e do Estado a vaca, e, não tem voltado nem o bife, e sim o osso; só que as pessoas estão no município e é aqui que os problemas acontecem. Com relação ao Corpo de Bombeiros e ao Siate, especialmente, só reconhece quem necessitou. Porque o Siate, diria que essa moção é um manifesto a favor da vida, porque os bombeiros trabalham pela vida, seja na área da saúde, combate a incêndios e prevenção; por isso assinei essa moção. E gostaria de dizer que, claro que devemos cobrar dos nossos deputados federais e estaduais, que eles façam a parte deles também, que a reforma tributária possa acontecer neste país. Agora, temos um novo presidente na Câmara Federal, quem sabe isso possa ser discutido, porque a população paga muito imposto, mas os problemas estão no município e essa é uma taxa que fica no município. Claro, que ninguém quer pagar, mas entendemos a importância que esta taxa de sinistro tem pra nosso município. Se nós não tivermos o Siate, já tem burburinhos por aí, que esse serviço vai ser transferido pra o Samu; o Samu que discutimos aí, que os municípios da região não estão



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

pagando e que tinha mais de um milhão e duzentos mil de dívidas de municípios da região, com o Consamu. E daqui uns dias, se não tivermos essa taxa aqui, não vamos ter o Siate e quem vai ter que assumir? O Consamu. Quem vai pagar a conta? No Siate conhecemos bem o trabalho que é desenvolvido no município. No Samu também, mas temos municípios da região que usam e não pagam e Cascavel continua bancando a conta. Precisamos entender a situação da importância que tem essa taxa, que ela volte a ser executada pelos municípios. Claro, que o vereador Frare deu explicação aqui dos valores que dá por residência e da importância que tem isso e o ideal seria não ter mais taxa, mas ela se torna... (- Um aparte) – Vereador Nei H. Haveroth: Dizer ao vereador Bocasanta que respeitamos a opinião dele e concordamos em parte; mas temos o entendimento que no Brasil temos o Ministério da Agricultura, ele é federal e o Paraná está dentro da esfera federal e andando com os agricultores eles pedem? Estrada e só. Não vejo um projeto do Ministério da Agricultura pra manter as estradas e digo que, o agricultor pede estrada e a pessoa que está num acidente ou numa casa em chamas, ela pede socorro e isso que temos que mensurar. A competência, temos que buscar ajudar a fazer. Obrigado. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Essa é uma moção de manifesto em apoio à vida, porque essa taxa reverte em prol da vida das pessoas do município de Cascavel. Obrigado. - Vereador Professor Paulino: Bombeiros, satisfação! Companheiros, servidores públicos, que estamos numa batalha pra impedir que... se temos um risco hoje, nós corremos risco também, com nossas aposentadorias. O governo tentou de forma ilegítima, está tentando; retirou o pacote, mas não sabemos como vai ficar, porque existe a possibilidade dele retornar e esperamos que não faça isso. Nós professores estamos em greve, ainda e precisamos ter a certeza que esse governo não vai fazer isso com a gente. Nós tivemos em dezembro um pacote, onde tivemos um aumento de 94000 itens que aumentou os impostos sobre eles e, que retornou aos impostos. Entendemos muito precedente, Nei H. Haveroth, a sua preocupação, o senhor que é da categoria dos bombeiros, tem nosso apoio, mas temos que dizer que, estamos brigando por uma questão paliativa, não é tarefa nossa estar pagando mais essa taxa. Só fazemos isso levando em conta a importância desse serviço extraordinário, que presta nossos bombeiros. A gente sempre pede que não precisemos do trabalho deles, mas quando solicitado esperamos que esteja o mais rápido possível. Passei por 2 situações numa rua perto de casa, o Siate precisou ser chamado, porque infelizmente acidentes acontecem. Temos que fazer uma lei pra...assim como teve uma lei em relação aos queimados, também precisamos fazer uma lei em relação ao trânsito no nosso município. Quantas pessoas são fragilizadas, arrebatadas no trânsito, a rua é 40 quilômetros e as pessoas não observam e andam a 70, 100 por hora; temos que ver isso, também. Estava vendo uma matéria no jornal que diz que: o Estado do Paraná gasta 0,36% de segurança por dia, é isso pra pagar segurança, esse trabalho que os senhores fazem, isso por dia. É fundamental que a gente observe tudo isso, mas também que a gente fale para os deputados, agora pouco estava aqui o Paranhos, foi um dos que votou favorável a nós servidores, parabenizar ele; aliás fez a obrigação dele, que é estar do lado do povo.



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Temos que continuar nesta nossa manifestação até que o governo retire aquele pacote que daí não adianta resolver o problema dos nossos guerreiros do fogo, porque afinal de contas eles também não terão aposentadoria. Tem meu apoio o projeto. Obrigado. – Vereador Paulo Porto: A questão de imposto: não é se paga muito ou pouco e sim, quem paga. Tem que ter imposto. Como pagar o salário de professor, manter Corpo de Bombeiros, polícia, SUS, sem imposto? Tem que ter imposto. O debate é: quem paga? No Brasil é a classe média e a classe trabalhadora. Existe um projeto que está arquivado há anos no Congresso Nacional, pelo PSDB e pelo DEM; projeto nosso do PCdoB e do PT. “Ah!, mas a Dilma não quer”. A Dilma, acabou de perder o presidente do Congresso, ou seja, não tem força política, não se vota. O debate é esse, e quem sonega, segundo dados que temos oficiais, todos os bancos somados: HSBC, Bamerindus, Bradesco, Itaú, sonegam 28 bilhões e dá oito rombos da Petrobrás; mas voltando a questão deste projeto: acho o projeto dessa moção correto, porque se pensamos em política pública agressiva, é necessário ter recurso. A questão é quem paga. Esse é o debate, hoje no Brasil, ao contrário da: Noruega, Itália, França, Portugal, Suécia todos os países da Europa e somos nós da classe média e trabalhadora; os ricos não pagam ou sonegam. Esse é o debate que, infelizmente não debatemos e ficamos debatendo se: tem que pagar ou não. Óbvio que tem que pagar, a questão é como é distribuído esse imposto no Brasil. Por isso assinei a moção, entendo que se eu defendo a política pública tenho que ter coerência de defender o imposto e ponto final. O debate mesmo que entramos aqui é quem paga, e no Brasil quem paga é: o trabalhador e a classe média; os ricos não pagam. Esse é o debate, quando eles pagarem teremos políticas sociais de sobra, como acontece na Europa. Obrigado! – Presidente: Agora, sim; em votação a emenda 3/2015 que manifesta apoio ao restabelecimento dos recursos destinados ao Corpo de Bombeiros e Defesa Civil, através da taxa de sinistro no município de Cascavel, na forma que especifica. Senhor primeiro secretário, proceda à votação nominal, por favor. (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Fernando Winter, Ganso Sem Limite, João Paulo de Lima, Jaime Vasatta, Jorge Menegatti, Marcos Rios, Nei H. Haveroth, Rui Capelão, Romulo Quintino, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Vanderlei Augusto da Silva, Paulo Porto, Pedro Martendal, Cláudio Gaitero, Luiz Frare e Walmir Severgnini) (Foi contrário o vereador: Jorge Bocasanta:) – Secretário: Com 19 votos favoráveis e 1 contrários, moção aprovada senhor presidente. – Presidente: Com 19 votos favoráveis e 1 contrário, aprovada a moção 3/2015 que manifesta apoio ao restabelecimento dos recursos destinados ao Corpo de Bombeiros e Defesa Civil, através da taxa de sinistro no município de Cascavel de autoria dos vereadores: Nei H. Haveroth, Robertinho Magalhães, Aldonir Cabral, Vanderlei Augusto da Silva, Jaime Vasatta, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Rui Capelão, Cláudio Gaitero, Celso Dal Molin, Luiz Frare, Romulo Quintino, João Paulo de Lima, Pedro Martendal, Paulo Porto e Fernando Winter; portanto aprovada a moção 3/2015. Antes de encerramos a ordem do dia é necessário aprovarmos a ata da 3ª sessão ordinária, realizada dia 09/02/2014; em discussão a ata. Em votação; a ata da 3ª sessão ordinária realizada dia 09/02/2014.



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Ata aprovada pela totalidade dos senhores vereadores. Finda que está a matéria da ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** - Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores para pronunciamento de interesse público, sendo inscritos os vereadores: Luiz Frare, Professor Paulino, Pedro Martendal e João Paulo de Lima. Com a palavra vereador Luiz Frare. - Vereador Luiz Frare: Venho a esta tribuna hoje, pra comentar sobre um ofício recebido pela presidência da Câmara e repassado à Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, no mês de dezembro do ano passado, e que dizia o seguinte: *Senhor presidente, o assunto: atrasos constantes do município de Cascavel no pagamento do déficit técnico atuarial para o IPMC. Senhor presidente, o conselho de previdência do IPMC vem denunciar o município de Cascavel, representado pelo prefeito municipal, Edgar Bueno, referente aos constantes atrasos e ausências de pagamento do déficit técnico previdenciário. A lei municipal 6.400 de 22/09/2014, que dispõe sobre a forma de amortização do déficit técnico atuarial, custo suplementar do IPMC esta tem o fim de dar o cumprimento da portaria 403 de 10/12/2008, artigo 19, parágrafos 1 e 2 e que define a cobertura do déficit técnico atuarial, através de um plano de amortização de revisões anuais que qualifica as obrigações previdenciárias do governo municipal de Cascavel, fundamentados na sua capacidade orçamentária e financeira que deve cumprir a partir de sua implementação, no estabelecido em lei municipal. Atualmente, o município de Cascavel, através do seu gestor, realizou pagamento de aportes previdenciários pra o IPMC até o mês de julho de 2014, estando em atraso às parcelas dos meses de: agosto, setembro e outubro. Como o ofício é de dezembro, não sei por que não colocaram novembro junto. O que a Câmara Municipal de Cascavel, fez? Através do seu procurador, emitiu parecer orientando pra que a Câmara Municipal encaminhasse ao Ministério Público, desnecessário porque o próprio Instituto de Previdência já tinha encaminhado ao Ministério Público e o que me leva a fazer algumas considerações é: primeiro: O presidente do Conselho Municipal de Previdência assinou em cima de um colegiado que assim, tomou a decisão de fazer. Quero crer que, nenhum deles se preocupou em saber os motivos pelos quais o município atrasou esse repasse financeiro. A Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, através do presidente Cláudio Gaitero oficiou a Secretaria de Finanças, no sentido de que colocasse a versão da municipalidade sobre o assunto e isso foi feito no final do ano legislativo. A resposta, veio no início de fevereiro, porque em janeiro havia recesso parlamentar. E a resposta diz o seguinte: em resposta ao ofício 14/2014, da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento acerca dos repasses para amortização do déficit técnico previdenciário perante o IPMC, conforme estabelecido na lei municipal 6.400 de 22/09/2014, informamos que até a presente data o município já efetuou todos os repasses devidos, conforme estabelecido na respectiva lei, ou seja, os pagamentos correspondentes ao período de junho a dezembro de 2014, sendo que o repasse de janeiro deve ocorrer até o 5º dia útil de fevereiro de 2014. Procuramos saber o porquê do atraso e dentre as justificativas que foram apresentadas tem uma que, quero levar ao conhecimento de*



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

vocês. O governo federal deixou de passar no segundo semestre as seguintes importâncias: assistência social: R\$ 151. 865,50, merenda escolar R\$ 294.306,00, salário educação R\$ 598.980,58, transporte escolar federal: R\$ 35.358,00, convênio Cisop R\$ 236.688,00, programa da saúde: R\$ 265.277,00, repasse ao Consamu: R\$ 459,865,00, perfazendo um total de R\$ 2.042.250,00, esse é um dos problemas. Os 2 milhões que deixaram de ser repassados pelo governo federal é aproximadamente 4 meses de repasse ao IPMC que seria: agosto, setembro, outubro e novembro. Se tivesse havido o repasse regular, provavelmente o aporte ao IPMC também, estaria regular. Voltando um pouco e sobre o que o vereador Vanderlei Augusto da Silva falou sobre as dívidas dos municípios, perante o Consórcio da Saúde em Cascavel, são aproximadamente 2 milhões de reais que os Municípios devem, o Governo deve e o Governo do Estado também deve. Quem está suportando isso? O Município de Cascavel e com recurso próprio. Quem suportou esses repasses que, acabaram acontecendo em janeiro de 2015? O Município de Cascavel com recurso próprio. Quando a Secretaria de Finanças deixou de repassar pra o IPMC, ela precisou socorrer estas outras rubricas que não vinham e dentre elas, os equipamentos das Cmei's que vão ser inauguradas daqui a pouco e que é um recurso pra construção do Governo Federal e para os equipamentos também; porém os recursos dos equipamentos não vieram. Veio pra construção do prédio, aí o município colocou de recurso próprio; e a educação que é obrigado aplicar 25% do seu orçamento vai ultrapassar em alguns pontos percentuais o que nós vamos verificar depois. Pra que vocês tenham consciência e ciência de que quando o município de Cascavel deixa de pagar, como deixou em outra oportunidade de repassar pra o IPMC, pra o Pasesp, taxa de iluminação pública, um dinheiro que o município se obrigou a buscar emprestado pra poder desbloquear todos os recursos que entravam no caixa da prefeitura por conta da dívida do calçadão, o fez por estritamente necessário naquela época. E agora, pra atender essas demandas que são pertinentes; porém não tem contrapartida de quem deve. Só pra esclarecer que o ofício que enviamos e, que nos responderam: esclarece o motivo porque o IPMC teve esses meses de atraso. Além disso, o Município de Cascavel tem uma inadimplência no seu IPTU, em torno de 33% do que se lança e do que é recebido. Em 2014, o município recebeu de IPTU em torno de 22 milhões de reais com 120000 cadastros; em torno de 9000 transações, compra e venda de imóveis deu uma receita de 23 milhões de reais, pra vocês verem a defasagem de compra e venda e de valor venal pra cobrança de IPTU. O imposto IPTU é ínfimo, pequeno e chega a ser em alguns casos e, não se fala aqui, de Minha Casa Minha Vida de 80 reais porque quem ganha até 2 salários mínimos... todas as pessoas que moram numa casa do Minha Casa Minha Vida não pagam nada. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Professor Paulino. – Vereador Professor Paulino: Hoje abro mão da palavra. – Presidente: Obrigado pela compreensão. – Presidente: Vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Abro mão da palavra. – Presidente: Com a palavra vereador João Paulo de Lima. – Vereador João Paulo de Lima: Também, abro mão da palavra. – Presidente: Não havendo mais ninguém, pra pronunciamento de



# Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

interesse público encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezesseis horas e vinte e cinco minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

**GUGU BUENO**

Presidente

**ROMULO QUINTINO**

1º Secretário